tância dos depósitos de cada depositante, de harmonia com as operações da Caixa.

Art. 30.º Os depósitos são feitos à ordem ou a prazos de três a doze meses e consideram-se prorrogados por igual tempo quando, quinze dias antes de expirar o prazo, não tenha sido pedido à direcção o respectivo levantamento.

§ único. Este levantamento pode ser pedido pelos herdeiros e concedido pela direcção logo que ela reconheça a legitimidade dos mesmos herdeiros.

Art. 31.º Os depósitos vencem um juro anual variável, conforme o prazo por que são feitos: 3 por cento de três a seis meses; 3 1/2 por cento de seis a nove meses, e 4 por cento de nove a doze meses.

§ único. Este juro começa a ser contado oito dias depois de efectuado o depósito.

Art. 32.º A direcção pode suspender temporariamente a recepção ou prorrogação do depósitos quando não haja procura de empréstimos.

§ 1.º No caso de suspensão de depósitos a direcção registará o nome dos pretendentes depositantes e a importância que querem depositar para os chamar logo que haja pedidos de empréstimos.

§ 2.º No caso de não prorrogação de depósitos, a direcção deverá prevenir o depositante com a antecipação de quinze dias.

CAPÍTULO VI
Da assembleia geral

Art. 33.º A assembleia geral que, quando constituída, representa a totalidade dos sócios, sendo as suas decisões obrigatórias para todos, reúne, ordinariamente, quando a sua convocação for pedida pela direcção, pelo conselho fiscal ou pelos sócios, em número não inferior a quinze.

Art. 34.º Qualquer sócio pode fazer-se representar na assembleia geral, por outro sócio.

§ 1.º Os poderes para esta representação serão dados em procuração feita perante notário, ou em escrito particular, com assinatura reconhecida por notário ou autenticada por qualquer dos membros da direcção ou do conselho fiscal.

§ 2.º Cada sócio só poderá aceitar a representação dum outro sócio.

Art. 35.º A assembleia geral será convocada pelo presidente e as convocações serão feitas com oito dias de antecedência, indicando sempre os assuntos a tratar.

§ 1.º A assembleia geral só poderá deliberar sobre os assuntos para que for convocada.

§ 2.º As propostas para alteração dos estatutos ou dissolução da caixa só poderão ser submetidas à assembleia geral quando tenham sido comunicadas à direcção, dez dias, pelo menos, antes da reunião da mesma assembleia.

Art. 36.º A assembleia geral ficará regularmente constituída quando estiverem presentes ou representados mais de metade dos sócios.

§ único. Quando, pela primeira convocação, se não reunirem sócios em número suficiente, proceder-se há a nova convocação com oito dias de intervalo, pelo menos, podendo então a assembleia deliberar, válidamente, qualquer que seja o número de sócios presentes ou representados.

Art. 37.º As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos dos sócios presentes ou representados.

§ 1.º As votações serão feitas por levantados e sentados, quando a maioria da assembleia não resolver que se proceda à votação nominal.

§ 2.º As eleições para os cargos da associação serão feitas por escrutínio secreto.

§ 3.º As decisões sobre alteração dos estatutos ou dissolução da associação só serão válidas quando tomadas por dois terços, pelo menos, dos sócios presentes ou representados.

§ 4.º Será lavrada acta de cada sessão da assembleia geral, e nela se indicarão as resoluções tomadas. As actas serão assinadas pelo presidente e secretário ou a elas se juntará uma relação dos sócios presentes ou representados.

Art. 38.º Compete à assembleia geral:

1.º Discutir e votar o balanço e as conclusões do relatório da direcção e do parecer do conselho fiscal.

2.º Julgar as contas da administração.

3.º Eleger o presidente e os secretários da assembleia geral e os directores e os membros do conselho fiscal.

4.º Fixar as remunerações do tesoureiro, guarda-livros e mais empregados da Caixa.

5.º Deliberar sobre qualquer assunto para que tenha sido convocada.

6.º E, em geral, resolver sobre os negócios sociais, em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.

§ 1.º O relatório anual da direcção, o balanço, o parecer do conselho fiscal, e a lista dos sócios, serão distribuídos pelos sócios, oito dias, pelo menos, antes da reunião em que deva ter lugar a reunião da assembleia geral.

§ 2.º A escrituração e os documentos relativos às operações sociais serão facultados ao exame dos sócios durante oito dias antes da reunião da assembleia geral.

Art. 39.º A assembleia geral terá um presidente e dois secretários eleitos anualmente.

§ 1.º No impedimento ou ausência do presidente será a sessão aberta pelo presidente da direcção ou por quem suas vezes fizer, procedendo-se desde logo à escolha, de entre os sócios presentes, dum presidente.

§ 2.º No impedimento ou ausência dos secretários desempenharão as respectivas funções os sócios nomeados, de entre os que estiverem presentes, pelo presidente.

CAPÍTULO VII
Da direcção

Art. 40.º A administração dos negócios da Caixa é confiada a uma direcção, composta de três directores efectivos e três substitutos, com residência efectiva na sede da instituição, os quais serão eleitos anualmente pela assembleia geral, sendo permitida a reeleição.

Art. 41.º As funções de director da Caixa serão sempre exercidas gratuitamente, excepção feita das do tesoureiro e de guarda-livros, que poderão ser remuneradas.

§ único. A direcção será sempre composta de sócios de maior idade, que sejam na sua maioria cidadãos portugueses, residentes na localidade ou região em que a Caixa devo funcionar, e se achem no gozo pleno dos seus direitos civis e políticos.

Art. 42.º Os directores elegerão anualmente de entre si o presidente e o vice-presidente da direcção.

§ 1.º Os directores substitutos serão chamados a substituir os efectivos, na falta ou impedimento destes, pela ordem de número de votos por que foram eleitos, e em igualdade de circunstâncias preferem os mais velhos.

§ 2.º Na falta ou impedimento dos três substitutos serão chamados a substituir os directores efectivos os membros da anterior direcção, a começar pelos mais modernos, preferindo, de entre eles, os mais votados, e entre os de igual votação os mais velhos.

§ 3.º Se não for possível completar a direcção pelo modo indicado nos §§ 1.º e 2.º, será convocada a assembleia geral para, em sessão extraordinária, prover à substituição dos directores falecidos, ausentes ou impedidos.

Art. 43.º Compete à direcção:

1.º Resolver os pedidos de admissão de sócios.

2.º Resolver sobre a exclusão dos sócios, que estiverem nas condições previstas no n.º 3.º do artigo 8.º

3.º Autorizar os empréstimos pedidos pelos sócios e fixar os prazos dos reembolsos e mais condições dos mesmos empréstimos.

4.º Autorizar as operações para levantamento, pela Caixa, dos fundos necessários para empréstimos aos sócios.

5.º Determinar o juro dos empréstimos e o juro a abonar pelo dinheiro recebido em depósito à ordem e a prazo.

6.º Autorizar as despesas sociais.

7.º Resolver sobre todas as operações da Caixa e adoptar as providências necessárias para defesa dos seus interesses;

8.º Apresentar anualmente à assembleia geral o balanço e o relatório sobre os actos da gerência e situação dos negócios sociais;

9.º Fazer convocar extraordinariamente a assembleia geral, quando o tiver por conveniente;

10.º Pedir o parecer do conselho fiscal sobre os assuntos a resolver, sempre que o julgue conveniente;

11.º Nomear e demitir o tesoureiro, guarda-livros e mais empregados;

12.º Cumprir e fazer cumprir a lei e os estatutos da Caixa.

Art. 44.º Compete ao presidente da direcção:

1.º Presidir à direcção e fazer cumprir as suas resoluções e as deliberações tomadas pela assembleia geral;

2.º Representar a Caixa perante as diversas autoridades;

3.º Assinar a correspondência;

4.º Superintender nos trabalhos de contabilidade e expediente e vigiar as operações de entrada e saída de fundos;

5.º Dar balanço aos fundos da Caixa, pelo menos, uma vez cada mês;

6.º Manter a regular escrituração dos livros de registo de entrada e saída de sócios e assinar os diplomas de admissão.

§ único. Os documentos que envolverem responsabilidade para a Caixa só serão válidos quando assinados pelo presidente da direcção ou por quem suas vezes fizer, o por um outro director em effectividade de serviço.

Art. 45.º A direcção terá uma sessão ordinária cada semana, e, além desta, as sessões extraordinárias para que for convocada pelo respectivo presidente.

§ 1.º Os dias e horas das sessões ordinárias serão fixados pela direcção na primeira sessão de cada ano, e a convocação para as sessões extraordinárias terá lugar por meio de avisos em que se indicará o assunto a tratar.

§ 2.º Será lavrada acta de cada sessão da direcção, na qual se indicarão os nomes dos directores presentes e as deliberações tomadas. As actas serão assinadas pelo presidente e por um dos directores presentes na sessão.

Art. 46.º Os directores respondem pessoal e solidariamente para com a Associação e para com terceiros pela inexecução do mandato e pela violação dos estatutos e preceitos da lei.

§ único. Desta responsabilidade são isentos os que não tiverem tomado parte na respectiva resolução, ou tiverem protestado contra as deliberações da maioria, antes de lhes ser exigida a competente responsabilidade.

CAPÍTULO VIII
Conselho fiscal

Art. 47.º O conselho fiscal compõe-se de três membros, eleitos anualmente, os quais servirão gratuitamente podendo ser reeleitos.

§ 1.º Na falta ou impedimento de qualquer dos mem-

bros do conselho fiscal, compete à mesa da assembleia geral a nomeação dos substitutos e esta nomeação vigorará até a primeira reunião da assembleia geral.

§ 2.º Na primeira reunião de cada ano o conselho fiscal escolherá de entre os seus membros o presidente.

Art. 48.º Compete ao conselho fiscal:

1.º Examinar, sempre que o julgar conveniente e, pelo menos, de três em três meses, a escrituração e o estado da caixa.

2.º Assistir às sessões da direcção sempre que o entenda conveniente,

3.º Vigiar pela pontual execução dos estatutos, pela regularidade das operações realizadas pela direcção, e verificar a realidade das garantias dadas ao reembolso dos empréstimos feitos aos sócios.

4.º Fazer convocar extraordinariamente a assembleia geral, quando o conselho, por unanimidade, o julgar necessário.

5.º Dar parecer sobre o balanço, inventário e relatório anual apresentados pela direcção.

6.º Dar parecer com respeito a todos os assuntos sobre que for consultado pela direcção.

Art. 49.º O conselho fiscal terá uma sessão ordinária em cada mês, e, além desta, as sessões extraordinárias para que for convocado pelo respectivo presidente.

§ 1.º Os dias e horas das sessões ordinárias serão fixados pelo conselho fiscal na sua primeira sessão de cada ano.

§ 2.º As decisões do conselho fiscal salvo o disposto no n.º 4.º do artigo anterior serão tomadas por maioria.

§ 3.º Será lavrada acta de cada sessão do conselho fiscal, na qual se indicarão os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas.

As actas serão assinadas pelo presidente e por um dos outros membros do conselho fiscal presente à sessão.

CAPÍTULO IX
Da dissolução da Caixa

Art. 50.º Em caso de dissolução proceder-se há à liquidação, satisfazendo-se todas as dívidas da associação e dando-se ao excedente a aplicação referida no artigo 13.º destes estatutos.

§ 1.º Quando dez ou mais sócios se opuserem à dissolução da Caixa e quiserem prosseguir com as operações sociais, continuará aquela a subsistir, tendo os outros sócios o direito de se demitirem.

§ 2.º Os sócios que quiserem usar da faculdade conferida no artigo 1.º, deverão apresentar à assembleia geral, em que se discutir ou votar a dissolução, uma declaração escrita, e por todos assinada, propondo-se a prosseguir nas operações da Caixa.

§ 3.º No caso de não ser feita a declaração perante a assembleia geral, poderá ela ser apresentada à direcção e ao conselho fiscal, no prazo de trinta dias, contados da data em que a dissolução houver sido votada.

CAPÍTULO X
Disposições transitórias

Art. 51.º Não obstante o ano social começar em 1 de Janeiro e terminar em 31 de Dezembro, por excepção o primeiro exercício compreenderá o tempo decorrido entre a data da constituição da Caixa e o dia 31 de Dezembro do ano imediato.

Art. 52.º Durante o primeiro exercício são nomeados para a direcção os sócios José Ramos Cardeira, Vasco Tavares Mora e Francisco Silvério Fernandes, devendo exercer as funções do conselho fiscal os sócios José Fernandes Repas, Luís António Fernandes Aleixo e José Pereira Fialho.

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Aljustrel, em 28 de Fevereiro de 1913

ACTIVO	
Associados—Sua dívida por cotas	11,400
Caixa	75,520
Empréstimos aos sócios por:	
Fiança	2,656,500
Hipoteca	1,115,410
	3,771,910
Despesas gerais	5,010
	<u>3,863,840</u>
PASSIVO	
Fundo social {Cotas e jóias cobradas	67,500
{Cotas e jóias em dívida	11,400
	78,900
Empréstimos à Caixa:	
Junta de Crédito Agrícola	3,771,910
Lucros e perdas	13,030
	<u>3,863,840</u>

Os Directores, *Manuel Joaquim Brando = Joaquim Maria Moreira Bragança.*

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 6 de Março de 1913.—O Inspector, *José Manuel de Assunção.*

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Tendo-se reconhecido na Inspeção de Pesos e Medidas, que nalguns estabelecimentos industriais é muito conveniente permitir-se o uso de medidas de vidro com a capacidade de três a quatro decilitros;

E não havendo inconveniente em se conceder tal permissão, que facilita a adopção de medidas aferidas, em

substituição de copos, com os quais o público é frequentemente prejudicado;

Sob proposta dos Ministros do Interior, Justiça e Fomento;

Hci por bem decretar que:

Artigo 1.º É permitido às leitarias, tabernas e outros estabelecimentos de venda, o uso de medidas de vidro com três e quatro decilitros de capacidade e nas condições dos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º das disposições regulamentares aprovadas por decreto de 1 de Julho de 1911.

Art. 2.º A taxa da aferição e da conferição a pagar por essas medidas será igual às que se pagam pela aferição e conferição das medidas de meio litro.

Art. 3.º Não é permitido que haja no serviço, ao balcão desses estabelecimentos de venda a miúdo, copos de vidro, faiança, porcelana ou metal, que não sejam medidas certas, com a capacidade designada na tabela do artigo 5.º do decreto de 1 de Julho de 1911, ou com a capacidade de três a quatro decilitros.

Paços do Governo da República, em 15 de Março de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Rodrigo José Rodrigues*—*Alvaro de Castro*—*António Maria da Silva*.

Repartição da Propriedade Industrial

Registo de marcas

Registo de marcas industriais e comerciais, recusadas no mês de fevereiro de 1913

Para conhecimento de quem interessar se faz público que, nas datas abaixo indicadas, foram recusados os registos das marcas que seguem:

Números dos registos	Classes	Data do despacho das recusadas	Nomes dos requerentes das marcas	Motivo das recusadas
14:739	63.º	20-2-1913	Companhia Vinícola Portuguesa	Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.
14:924	68.º	8-2-1913	Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Pôrto, sucessora de A. A. Ferreira.	Recusado por combinação da sua marca n.º 11:989 com outra que está registada a favor do reclamante, havendo também homonomia entre as palavras Pinho e Pinto.
15:183	64.º	20-2-1913	Eduardo Moura Simões, Limitada	Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.
15:208	67.º	21-2-1913	Baptista, Dias, Ribeiro & Ferreira, Limitada	Idem.
15:209	58.º	21-2-1913	Joaquim dos Santos Sal Júnior	Idem.
15:232	66.º	18-2-1913	José Augusto de Brito	Recusado porque as palavras que constituem a marca implicam em um exclusivo que não pode ser só do uso do requerente.
14:254	10.º	19-2-1913	António de Bessa Leite & C.ª	Recusado porque a palavra «Clamouse» que se vê na marca não pode ser considerada como denominação de fantasia.
15:255	68.º	18-2-1913	Vale, Filho & Genros	Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.
15:323	»	6-2-1913	Augusto C. d'Almeida	Idem.
15:329	»	»	O mesmo	Idem.
15:357	11.º	15-2-1913	Rheinische Emulsions-Papier-Fabrik-Actien-Gesellschaft.	Idem.
15:364	68.º	8-2-1913	Anthero & Filho, Successor	Idem.
15:365	»	»	O mesmo	Idem.
16:366	»	»	O mesmo	Idem.
15:371	»	»	O mesmo	Idem.
15:373	68.º	5-2-1913	O mesmo	Idem.
15:380	»	6-2-1913	O mesmo	Idem.
15:383	»	»	O mesmo	Idem.
15:386	»	»	O mesmo	Idem.
15:388	»	»	O mesmo	Idem.
15:396	67.º	18-2-1913	A. Augusto de Brito	Idem.
15:403	68.º	21-2-1913	Castello & C.ª	Idem.
15:422	33.º	28-2-1913	António Lopes	Idem.
15:424	79.º	26-2-1913	Laboratório Sanitas	Idem.
15:429	68.º	24-2-1913	Anthero & Filho, Successor	Idem.
15:434	68.º	»	O mesmo	Idem.
15:441	68.º	15-2-1913	José Anthero de Almeida	Idem do n.º 5.º
15:445	»	24-2-1913	O mesmo	Recusado porque a palavra que constitui a marca não tem característica para ser registada como denominação de fantasia.
15:447	»	26-2-1913	O mesmo	Recusado nos termos do n.º 5.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.
15:448	»	»	O mesmo	Idem do n.º 9.º
15:456	72.º	»	António Martins	Idem.
15:461	68.º	24-2-1913	A. A. Calém & Filho	Idem.
15:468	68.º	»	José Anthero de Almeida	Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.
15:473	79.º	»	Germano de Sousa	Idem.
15:477	68.º	26-2-1913	Cotello & C.ª	Idem.
15:478	»	»	O mesmo	Idem.

Da data da publicação do presente aviso, começa a contar-se o prazo de três meses para os recursos, perante o Tribunal do Comércio.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 6 de Março de 1913.—O Director Geral, *M. Correia de Melo*.

6.ª Direcção

Gerência de 1912-1913

Mapa do desenvolvimento das receitas e despesas liquidadas até 31 de Dezembro de 1912, comparadas com as respectivas autorizações orçamentais, organizado de conformidade com o disposto no artigo 8.º do regulamento aprovado por decreto de 26 de Junho de 1911

Designação da receita	Receita prevista no Orçamento Escudos	Receita liquidada Escudos			Artigos	Designação da despesa	Verba autorizada Escudos	Despesa liquidada Escudos			Saldo Escudos
		Nos meses anteriores	No mês de Dezembro	Total				Nos meses anteriores	No mês de Dezembro	Total	
Exploração eléctrica:											
Telegráfica nacional	280.000	116.746,003	27.384,295	144.130,298	Capítulo único.—Exploração dos correios, telégrafos, telefones e fiscalização das indústrias eléctricas:	1.431.075,35	584.967,438	121.792,412	706.759,85	724.315,5	
Telegráfica internacional	540.000	148.727,72	31.945,845	180.673,565							
Indústrias eléctricas e linhas telegráficas e telefónicas particulares	20.000	3.690,545	2.096,665	5.787,21							
Exploração postal:											
Selos de franquia e de porteado	1.550.000	695.422,803	143.653,954	839.076,757	2.º Gratificações variáveis	119.150	63.245,09	12.625,172	75.871,162	43.378,838	
Avenças de jornais	30.000	11.545,361	5.608,44	17.153,801	3.º Ajudas de custo e despesas de transporte	28.500	10.493,64	3.200,225	13.693,865	14.806,135	
Prémios de vales e taxas de ordens postais	60.000	33.487,305	7.523,756	41.011,061	4.º Despesas de expediente e eventuais da Secretaria Geral	11.467,65	3.883,733	602,827	4.486,56	6.981,09	
Encomendas postais	9.000	3.807,372	1.271,18	5.078,552	5.º Diversos encargos	511.257	110.002,852	35.164,341	145.167,193	366.082,807	
Diversos rendimentos não especificados	2.000	609,566	1.268,122	1.877,688	6.º Material	189.550	25.258,881	7.097,968	32.356,849	157.193,151	
Liquidação com correios estrangeiros	200.000	26,75	2,894	29,644							
	2.691.000	1.014.063,425	220.755,151	1.234.818,576							
Importância a entregar ao Tesouro Público, nos termos do artigo 2.º do regulamento de 26 de Junho de 1911	400.000	166.666,65	33.333,33	199.999,98							
	2.291.000	847.396,775	187.421,821	1.034.818,596		2.291.000	797.852,534	180.482,945	978.335,479	1.312.664,521	

6.ª Direcção da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 19 de Março de 1913.—O Director dos Serviços de Contabilidade, *Alvaro Gaia*.—Visto.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Por decretos de 8 do corrente com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 18:

António Alexandre Ledesma, segundo aspirante do quadro dos telégrafos—promovido a primeiro aspirante do mesmo quadro, precedente concurso, na vaga resultante do falecimento de Manuel do Patrocínio.

César da Conceição Baptista e Cunha, encarregado de estação, provido no lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, por antiguidade, nos termos da alínea b) do artigo 229.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911 e na vaga resultante da promoção do antecedente.

José Domingos Fernandes—nomeado para o lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, precedente concurso, nos termos do § 2.º (transitório) do artigo 229.º do decreto orgânico já citado e na vaga resultante do falecimento de António Augusto Saraiva Guerra.

Por despacho de 19 do corrente:

César da Conceição Baptista e Cunha, segundo aspirante do quadro dos telégrafos—colocado como coadjuvante do chefe dos serviços de correios e telégrafos do distrito de Leiria.

José Domingos Fernandes, segundo aspirante do quadro dos telégrafos—idem, na estação telégrafo-postal de Setúbal.

António dos Santos Silva, segundo aspirante da estação de Setúbal—transferido, por conveniência do serviço, para a estação telegráfica central de Lisboa.

Carlos Justiniano da Silva, segundo aspirante da estação telegráfica central de Lisboa, e em serviço provisoriamente na tesouraria desta Administração Geral—colocado definitivamente, por conveniência do serviço, na mesma tesouraria.

João Clímaco Gouveia, segundo aspirante do quadro dos telégrafos—elevado o seu vencimento a 480,000 réis anuais, nos termos do decreto de 24 de Maio de 1911 e a contar de 10 de Março do corrente ano, data em que completou cinco anos de serviço efectivo.

2.ª Divisão

Em despacho de 18 do corrente:

José Andrade Gameiro—nomeado distribuidor supranumerário da estação telégrafo-postal da Figueira da Foz.

José da Graça, divisor do correio de Lisboa, na situação de inactividade—passado à actividade do serviço.

Por despacho de 19:

Manuel Francisco Meireles e Manuel Rodrigues da Graça, distribuidores de 1.ª classe, respectivamente, das estações de Aveiro e Évora—transferidos, por conveniência do serviço, o primeiro para Bragança e o segundo para Aveiro.

Bento José Peixoto, distribuidor supranumerário da estação telégrafo-postal de Setúbal—exonerado, pelo requerer.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 19 de Março de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.